

HABEAS CORPUS Nº 533.154 - MG (2019/0274576-0)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : BRENDOW GUIMARAES VIANA E OUTRO
ADVOGADOS : BRENDOW GUIMARÃES VIANA - ES025920
CAROLINE DOS SANTOS CANSIAN - ES029582
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS
GERAIS
PACIENTE : MARCIO NOVATO FREIRE (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS
GERAIS

EMENTA

HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. PRISÃO PREVENTIVA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. DECRETO CAUTELAR FUNDADO EM DADOS IDÔNEOS. PERICULOSIDADE CONCRETA. *MODUS OPERANDI*. EVASÃO. RISCO DE NÃO APLICAÇÃO DA LEI PENAL. PRESENÇA DOS REQUISITOS DA MEDIDA EXTREMA. ORDEM DENEGADA.

1. A prisão preventiva possui natureza excepcional, sempre sujeita a reavaliação, de modo que a decisão judicial que a impõe ou mantém, para compatibilizar-se com a presunção de não culpabilidade e com o Estado Democrático de Direito – o qual se ocupa de proteger tanto a liberdade individual quanto a segurança e a paz públicas –, deve ser suficientemente motivada, com indicação concreta das razões fáticas e jurídicas que justificam a cautela, nos termos dos arts. 312, 313 e 282, I e II, do Código de Processo Penal.

2. Na espécie, a decisão que impôs a prisão preventiva demonstrou a periculosidade do agente e a gravidade em concreto do delito por ele praticado – homicídio após a prática de relação sexual em contexto de prostituição, com consumo de drogas –, além do risco à aplicação da lei penal, tendo em vista o fato de o réu haver se evadido depois da prática do crime.

3. De igual modo, indicado o risco de reiteração no cometimento do delito e do risco de aplicação da lei penal, a adoção de medidas cautelares diversas não se prestaria a evitar a prática de novas infrações penais (art. 282, I, do Código de Processo Penal).

4. Ordem denegada.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Sexta Turma, por unanimidade, denegar o habeas corpus, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Nefi Cordeiro, Antonio Saldanha Palheiro, Laurita Vaz e Sebastião Reis Júnior votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília, 26 de novembro de 2019

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**